TEORIA E CRÍTICA EM ARTE VISUAL - EaD.

ARTE . VISUAL . ENSINO

Ambiente Virtual de Aprendizagem

Módulo 3

A crítica em Arte Visual na atualidade e seus desdobramentos.

Professor Doutor
Isaac Antonio Camargo

Cursos de Artes Visuais – Licenciatura e Bacharelado
Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Módulo 3. A crítica em Arte Visual na atualidade e seus desdobramentos.

Objetivo Geral: Os Eventos em Arte Visual: questões de curadoria, apreciação e mediação.

Objetivos Específicos: Identificar e reconhecer aspectos e influências socioculturais nestes processos em função de transformações estéticas, processos construtivos e do Sistema de Arte Visual e suas relações com a Crítica e Difusão Cultural.

Unidade de Conteúdo 8 – *A Crítica e o Ensino de Arte Visual.* 2 horas-aula.

Unidade de Conteúdo 9 – A Crítica atual: suas condições e condicionantes. 2 horas-aula.

TEORIA E CRÍTICA EM ARTE VISUAL - EaD.

Módulo III

A crítica em Arte Visual na atualidade e seus desdobramentos.

ARTE . VISUAL . ENSINO

Ambiente Virtual de Aprendizagem

Professor Doutor

Isaac Antonio Camargo

Unidade de Conteúdo 8

A Crítica e o Ensino de Arte Visual.

UFMS

Cursos de Artes Visuais – Licenciatura e Bacharelado
Faculdade de Artes, Letras e Comunicação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Para aprofundar a visão sobre a Crítica no campo da Arte Visual, cabe destacar também algumas questões relativas ao Ensino nesta área. A Crítica, como reflexão e mediação está integrada ao Sistema de Arte como um todo, assim como o Ensino, pelo simples fato de que fazem parte dos processos e procedimentos de análises e *Estudos Sobre* e *Em Arte*. Quando se fala em *Estudos Sobre Arte*, se refere ao conjunto de abordagens que recorrem ao conjunto de manifestações que ocorreram na Arte Visual, ao longo do tempo e que constituem o universo de conhecimento sobre ela e as aproximações teóricas realizadas pelos estudiosos.

Ao passo que quando se fala em *Estudos em Arte* se refere aos fazeres, processos e proposições relacionadas a quem a realiza. Neste caso é comum classificar as Pesquisas neste campo de conhecimento em *Pesquisas Sobre Arte* e *Pesquisa Em Arte*, o que corresponde ao fato de a *Pesquisa Sobre Arte* se referir, grosso modo, a quem investiga as manifestações artísticas realizadas no tempo e no espaço e a *Pesquisa Em Arte*, caracterizar os processos, procedimentos e proposições desenvolvidos pelas pessoas que realizam as *Obras de Arte*.

Ambas questões estão contidas no que se considera Sistema de Arte, pois em última instância, tais estudos, investigações e pesquisas compõem o campo do conhecimento dedicado a ela. No contexto atual, boa parte de tais estudos estão vinculados ao ambiente acadêmico do Ensino Superior, dadas as condicionantes curriculares que foram definidas desde a inclusão da Educação Artística no Ensino de primeiro, segundo graus pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692 de 1971, em seu Art.7º e sua posterior incorporação ao Ensino Superior, dois anos depois, por meio da Indicação 23/73 do CFE.

A indicação 23/73, proposta pelo Conselheiro do Conselho Federal de Educação (CFE) Valnir Chagas foi aprovada e estabeleceu as diretrizes curriculares para a licenciatura de Educação Artística. Esta indicação definiu as estruturas pedagógicas curriculares para a criação dos cursos superiores de Educação Artística de curta (polivalente) e longa duração (habilitações). A corrida das instituições de Ensino Superior para adaptação à legislação criou uma série de problemas que ainda hoje, 40 anos depois, ainda não foram dirimidos como a Educação para Arte e a Formação em Arte.

Para formular alguma Crítica à respeito do Ensino no Campo da Arte Visual no país é necessário refletir à respeito de como ocorria a Formação em Arte nos cursos superiores antes da Lei 5.692/71. As Universidades ou Faculdades que ministravam cursos no campo da Arte Visual o faziam a partir da estrutura herdada das Academias de Belas Artes. Isto ocorreu na maioria das instituições que se dedicavam à formação superior no país. Os Cursos de Belas Artes se caracterizavam como Bacharelados dedicados, principalmente, à formação artística e seus fazeres pragmáticos.

O que os diferenciava das Academias de Belas Artes anteriores, essencialmente técnicas e profissionalizantes era não ter a necessidade de “colar grau”, ou seja, “graduar-se”, uma condição obrigatória para validar a formação no Ensino Superior. Por conta da incorporação dos cursos de Arte nas instituições de nível superior, eles passaram a fazer parte das profissões liberais, em geral Bacharelados, dedicados ao exercício de profissões autônomas como as das áreas de saúde, direito, engenharias, entre outras focadas nos processos e habilidades técnicas diferentemente das Licenciaturas focadas nos aspectos pedagógicos e docentes para o exercício do ensino nos níveis fundamental e médio.

Obviamente a incorporação da formação em Arte Visual, fosse nas Academias ou no Ensino Superior, não mudou necessariamente os projetos pedagógicos instaurados pela tradição artística e, de maneira geral, nada os diferenciava, a não ser a distinção entre a formação técnica e a qualificação de graduação em nível superior. Uma questão mais de distinção do que de qualificação profissional. No entanto, em paralelo a isto, já vinha ocorrendo mudanças radicais nos processos de concepção e formação artísticos por conta do advento do Modernismo.

As transformações proporcionadas pelas Vanguardas Históricas empreendidas pelos Movimentos artísticos que surgiram a partir de finais do século XIX, se consolidaram nas primeiras décadas do século XX. A ruptura com o passado clássico tradicional se tornou um elemento diferencial nas concepções e orientações da Arte no século XX e também passaram a influenciar a formação em Arte. Surge então uma nova nomenclatura no campo da Arte Visual: Artes Plásticas.

Considerando que as novas possibilidades de criação e expressão artísticas, que vinham se instaurando desde o século XIX, especialmente a partir da incorporação de meios que possibilitaram a experimentação de materiais, processos, conceitos e invenções confrontava com a postura tradicional de modelos repetitivos e reprodutivos de caráter mimético pré-concebidos amparados nas concepções estéticas da tradição ocidental e eurocêntrica de caráter técnico e base histórica, frequentemente alegóricas. Neste caso a formação tradicional foi sendo substituída por inovações, em especial, pela exploração das qualidades matéricas.

Assim o conceito de Plástica, oriundo do termo *Plastikós*, do grego, que se referia a uma qualidade pertinente à argila que, ao ser modelada, aceitava, incorporava e mantinha as formas à ela impostas. Isto também acontecia com os vários materiais artísticos que respondiam aos interesses de quem os manipulava, independente de estarem associados ou vinculados a temas e assuntos, ou seja as qualidades matéricas se tornaram substâncias de expressão e deram margem a concepções artísticas expressivas a tal pondo de se tornarem, até mesmo, Abstratas, ou seja, sem figuras.

Esta mudança de paradigma possibilitou a compreensão da Arte Visual como um campo de criação, criatividade e propositivo sem os limites anteriores que restringiam as Belas Artes aos modelos tradicionais e reprodutivos e replicativos. Assim nasce a Arte Plástica e a autonomia dos processos experimentais e criativos. O Modernismo se caracteriza, em parte, por estas condutas e possibilita a ampliação dos processos, procedimentos e proposições que irão dar base para o desenvolvimento do que se chamou de Arte Pós-Moderna e chegou ao estágio da Arte Contemporânea.

Antes disso, o surgimento de aparelhos óticos e processos químicos incorporaram, desde meados do século XIX, novos potenciais experimentais ao contexto da Arte praticada até então. A possibilidade de produzir imagens independente da mão humana e das habilidades técnicas chocou a Arte do século XIX, mas abriu um novo caminho para a Fotografia, um invento que possibilitava a captação de imagens por meios óticos, registrando-as quimicamente. Depois para o Cinema uma adaptação da fotografia registrando fragmentos de ações e recompondo-os através de projeção virtualizando a sensação de movimento.

Com isto, novos paradigmas à vista e a necessidade de nova nomenclatura. Aqui surge o que vem sendo chamado, desde então, de Arte Visual. Este campo contém não apenas as concepções poéticas tradicionais, mas incorpora as experimentações das Artes Plásticas e também aparelhos e recursos automáticos oriundos das tecnologias que surgiram da Fotografia, do Cinema, do Vídeo, do Audiovisual e das tecnologias computacionais digitais, logo, Arte Visual incorpora tudo o que vem sendo desenvolvido em termos técnicos e tecnológicos nos últimos séculos.

Além disso, passou a conter as novas possibilidades conceptivas como as Instalações, Intervenções e Performances que, para efeito de classificação, pertencem ao campo da Arte Visual. Neste sentido *Arte Visual* não se refere apenas às manifestações que tomam por referência apenas a visualidade, mas a todas que ocorreram, principalmente, a partir do século XX e que ainda não foram devidamente diferenciadas ou que não encontraram uma nomenclatura que contivesse toda a diversidade e autonomia que vem caracterizando a Arte Atual.

Este breve panorama de transformações conceituais e técnicas tem por finalidade refletir criticamente sobre a posição do Ensino neste campo como um processo em desenvolvimento que ainda revela marcas da tradição e, consequentemente, limitações para sua configuração e consolidação no tempo atual. As maiores incoerências que ocorreram com a incorporação das concepções tradicionais na criação dos Projetos Pedagógicos elaborados pós a edição da Educação Artística no país foi a adaptar os conteúdos e condutas das disciplinas anteriores às nomenclaturas propostas pela nova curricularização sem qualquer adaptação pedagógica, apenas trocando os nomes.

Tal comportamento é perceptível especialmente quando se analise as ementas das disciplinas anteriores e as que foram “atualizadas”. Em boa parte delas há apenas uma revisão terminológica, mas a essência de práticas e conteúdos permanece semelhante, ou seja, as condutas pedagógicas mantém os mesmos comportamentos e exigências das disciplinas técnicas anteriores, fossem oriundas das Belas Artes ou Artes Plásticas. Tais condutas levaram aos confrontos gerados entre a formação artística e a formação de Arte Educadores.

Tais confrontos se tornaram conflitos e levaram a uma nova concepção para o ensino no campo da Arte, consolidada na legislação brasileira para o ensino de Artes Visuais obrigatório na educação básica, desde a educação infantil até o ensino médio. Essa obrigatoriedade é assegurada pela Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Além disso, a Lei nº 13.278/16 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo também o ensino de Música, Dança e Teatro no currículo da educação básica ainda em vigor.

Contudo, apenas em 2009, por meio da Resolução No.1 de janeiro de 2009, que foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Artes Visuais. Um atraso de mais de trinta anos da criação da Educação Artística que tenta resgatar um processo lento e desgastante para instituições de ensino e profissionais da educação que ainda não foram resolvidas, mas complicadas pelas recentes alterações na legislação para o ensino fundamental e médio, portanto, ainda há arestas a serem lapidadas.

Tais reflexões se caracterizam como uma espécie de análise contextual visando ampliar a compreensão sobre esta área de conhecimento que, nos últimos cinquenta anos vem sendo alterada por meio da legislação e pelos chamados currículos ocultos, aqueles que, apesar do que é proposto, ordenado e consolidado nos projetos pedagógicos, são os praticados no dia a dia.

Para complementar esta atividade, faça uma reflexão sobre esta unidade manifestando sua posição em relação aos aspectos críticos/educacionais aqui apontados e envie para avaliação.